

Barroso decide que câmera na PM é obrigatória, sem pausa na gravação

Determinação é de que modelo atual de equipamento deve ser mantido até que seja comprovada a efetividade do novo; Estado diz que analisará o caso e medidas cabíveis

TALO LO RE

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, determinou ontem o uso obrigatório de câmeras corporais por policiais militares em operações realizadas em São Paulo.

Na decisão, que atende a pedido da Defensoria Pública do Estado, também foi determinada a manutenção do modelo de câmera de gravação ininterrupta, até que seja comprovada a efetividade de métodos de acionamento do novo equipamento que será implementado pela gestão estadual.

Procurada, a Secretaria da Segurança Pública (SSP) disse que o governo ainda não foi intimado. "Assim que isso ocorrer, analisará o caso e as medidas cabíveis", afirmou. Sobre os casos de violência policial, a pasta tem dito não tolerar desvios de conduta e que apurará a morte por policial.

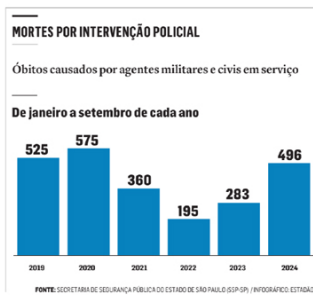
O novo modelo adotado pela gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) é diferente em relação ao utilizado desde 2020. A nova tecnologia permite ao agente de segurança interromper a gravação. Especialistas apontam que a brecha pode prejudicar a qualidade e a eficácia do registro da ocorrência. A SSP, porém, afirma que os equipamentos são mais modernos e têm novas funcionalidades, como reconhecimento facial e leitura de placas.

'ERRADO'. Na semana passada, após os vídeos de violência policial se espalharem pelas redes sociais, Tarcísio admitiu que estava "errado" sobre as câmeras nas fardas - no início da gestão, ele chegou a questionar a eficiência do modelo.

"O Estado comprometeu-se a colocar em operação câmeras com sistema de acionamento remoto automático, capaz de iniciar a gravação, por exemplo, quando detecta som de es-

Em defesa do novo modelo SSP diz que câmeras são mais modernas e têm funcionalidades como reconhecimento facial

tamplos de tiros ou movimentos bruscos, se aproxima de ocorrência em andamento, ou (se o equipamento) foi desativado, mas ainda está no atendimento de ocorrência", diz trecho da decisão. Para Barroso, porém, os testes com os novos dispositivos contratados apontaram que "funcionalidades essenciais ainda não estão disponíveis". "Não há, até o momento, comprovação de que as câmeras atendem aos requisitos definidos pelo Estado", aponta. Ainda segundo Barroso, "diante da ausência de demonstração da viabilidade técnica e operacional dos novos dispositivos e do significativo aumento da letalidade policial em 2024, é indispensável man-



Policial de folga mata homem que segurava réplica de arma

Um PM de folga, que fazia segurança numa casa noturna, matou um rapaz que exibiu uma réplica de arma de fogo no domingo, na Alameda Dino Bueno, em Santa Cecília, centro de São Paulo. A reportagem não conseguiu contato com a defesa do PM. O Departamento Estadual de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP) abriu um inquérito para investigar o caso, registrado como homicídio.

ter o modelo atual de gravação ininterrupta, sob pena de violação à vedação constitucional ao retrocesso e o descumprimento do dever estatal de proteção de direitos fundamentais, em especial o direito à vida". Barroso determinou também que o governo defina uma ordem de adoção de novas câmeras a partir de análise do risco de letalidade policial; a divulgação de dados no portal da SSP; e recomposição do número total de câmeras para o mínimo de 10.125 em operação.

LETALIDADE. As polícias Civil e Militar de São Paulo mataram 496 pessoas de janeiro a setembro, segundo a SSP. É o maior número para o período desde

2020, quando a polícia matou 575 pessoas de janeiro a setembro (os dados levam em conta apenas os casos envolvendo agentes em serviço).

Na decisão de ontem, Barroso determinou fornecimento de informações sobre processos disciplinares por descumprimento do uso das câmeras e apresentação mensal de relatórios pelo Estado sobre o andamento das medidas. Em novembro de 2023, Barroso havia dado prazo para que o governo paulista detalhasse o contrato entre a PM e a empresa fornecedora das câmeras, a Motorola Solutions Ltda., junto com cronograma para sua execução, incluindo testes, treinamento e capacitação para o

uso. O governo paulista respondeu na última sexta e indicou que "ações previstas no cronograma apresentado estão sendo implementadas de forma gradual", com testes programados para amanhã. Sobre as formas de acionamento, afirmou que as câmeras poderão ser ligadas no modo intencional e no automático.

Diversos casos têm gerado críticas à PM paulista, como as mortes de um garoto de 4 anos numa ação em Santos, de um aluno de Medicina na Vila Mariana, zona sul da capital, e de um rapaz que tentava furtar um mercado na zona sul, além de um PM filmado jogando um homem de uma ponte na zona sul - o PM foi preso.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: MetrÓpole Caderno: A Pagina: 12